

**HABEAS CORPUS Nº 515.361 - SP (2019/0168045-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FELIPE AMORIM PRINCIPESSA - SP271727  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GUILHERME ANDRADE MAXIMIANO DOS SANTOS  
(PRESO)  
**OUTRO NOME** : GUILHERME ANDRADE MAXIMILIANO DOS SANTOS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GUILHERME ANDRADE MAXIMILIANO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2047737-04.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 1/3/2019, sendo convertida a custódia em prisão preventiva, pela suposta prática do delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 24):

*HABEAS CORPUS. Tráfico de drogas. Pedido de revogação da prisão preventiva. Paciente surpreendido trazendo consigo 32 porções de cocaína e 25 pedras de crack. Existência de dois processos em andamento em seu desfavor, sendo um deles pela prática de tráfico de drogas. Insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão. Circunstâncias que até o momento impõem a manutenção da prisão preventiva. Ordem denegada.*

A defesa alega haver carência de fundamentação na prisão preventiva do paciente por ter o Magistrado de primeira instância decretado a medida cautelar extrema com base na gravidade abstrata do delito, distanciando-se das circunstâncias fáticas. Aduz, ainda, estarem ausentes, *in casu*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no artigo 312

do Código de Processo Penal.

Aponta, ainda, constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

De plano, verifico que nesta Corte também houve a impetração, também pela Defensoria Pública e com idênticos termos, do HC n. 514.422/SP, em favor do paciente, requerendo igualmente a revogação da prisão, tendo a liminar sido indeferida em 6/6/2019.

Tratando-se, portanto, de mera reiteração, não merece a presente ordem ser conhecida.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.*

*2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações / interposições posteriores.*

*3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do*

*presente recurso ordinário.*

*4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)*

**AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO (HC N. 316.928/GO). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.**

*1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão monocrática que negou seguimento ao writ, porquanto a questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação por parte deste Tribunal Superior, quando da impetração do HC n. 316.928/GO, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 24/2/2015 e cujo julgamento está designado para a data de 01/09/2015.*

*2. Agravo regimental improvido. (AgRg no RCD no HC n. 329.224/GO, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 01/09/2015, DJe 22/09/2015).*

Ante o exposto, com amparo no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator